

Formas de ação coletiva na agricultura familiar em assentamentos rurais do centro-oeste

Artigo completo

Luis Ricardo Morais de Sena (UCDB) kaduluis@hotmail.com

Maria Aparecida Farias de Souza Nogueira (UFGD) marianogueira@ufgd.edu.br

Olivier François Vilpoux - Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) vilpoux@ucdb.br

Resumo:

O objetivo do trabalho era a identificação das ações coletivas na agricultura familiar dentro dos assentamentos rurais do Centro-Oeste. A agropecuária representa hoje 1/3 do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, sendo um terço da produção nas mãos dos agricultores familiares. Frente à importância desses produtores, o acesso a mercados, ganhos de escala, melhoria de competitividade nos mercados internos e externos e a redução de riscos nos investimentos possui grande relevância. Uma condição para atingir esses objetivos passa pela existência de ações coletivas entre os atores da agricultura familiar, entre eles dos produtores localizados em assentamentos rurais, foco da pesquisa. A cooperação entre agentes consiste em alternativas viáveis para pequenos produtores, visando não só a sua inserção no mercado, mas também a possibilidade de escolha pelo canal de distribuição mais atrativo e consequente melhoria do seu bem-estar social. A metodologia utilizada foi a pesquisa de campo, através de um questionário quali-quantitativo, aplicado em diversos assentamentos da região, selecionados por uma amostragem probabilística, considerando como tempo mínimo de existência o período de 03 anos. Os assentados foram escolhidos pelo método de amostragem probabilística estratificada de acordo com o número de famílias existentes no assentamento. A pesquisa parou na aplicação de questionários, com uma amostragem de 362 assentados nos diferentes estados do Centro-Oeste. A avaliação desses questionários será realizada no próximo ano, na continuação do projeto.

Palavras-chave: Cooperação. Organizações. Pequenos produtores.

1 Introdução

O Brasil, país de vasta extensão territorial, tem se destacado como grande produtor na agricultura e pecuária, em razão da disponibilidade de vários fatores favoráveis, como clima, solo, abundância de água, terras férteis. Tais fatores contribuem para o país se destacar como o 5º maior produtor agrícola do mundo, sendo superado apenas pela China, União Europeia, Estados Unidos e Índia (TENÓRIO, 2012).

Esses dados ressaltam a importância que a agropecuária adquiriu dentro do país, a qual se subdivide em empresarial e familiar. A agropecuária empresarial brasileira está entre as mais fortes do mundo, responsável pela maioria dos embarques de *commodities* agrícolas brasileiras, com 93,3% das exportações desses produtos em 2010, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MIDIC, 2012).

A agricultura familiar, em contrapartida, mesmo tendo uma participação menor na balança de

comércio exterior tem uma participação grande no mercado interno, com destino para o consumidor brasileiro.

Para melhorar a competitividade dos pequenos agricultores, nos mercados internos e externos, presume-se a necessidade de uma redução de riscos em seus investimentos e de ganhos de escala. Assim, uma condição para atingir esses objetivos passa pela existência de ações coletivas entre os atores da agricultura familiar, entre os quais aqueles de assentamentos rurais.

O Brasil possui graves problemas agrários que necessitam de solução, em razão das características de desenvolvimento implementadas no país (MDA, 2000). Veiga (1991) defende que uma das formas de superação dessa desigualdade na estrutura fundiária se dá por meio da implantação de assentamentos rurais, que forneça terra e as devidas condições para o assentado produzir viavelmente.

A partir dessa constatação foi elaborada a questão de pesquisa: Existem ações coletivas na agricultura familiar dentro dos assentamentos rurais?

Assim, o objetivo do trabalho será identificar as ações coletivas na agricultura familiar dentro dos assentamentos rurais. Uma das formas de organização a ser investigada são as ações coletivas desenvolvidas dentro dos assentamentos visando o acesso a mercados e ganhos de escala.

Esse projeto integra-se no projeto financiado pelo CNPQ, com título: “Fatores responsáveis pela cooperação entre produtores nos assentamentos do Centro-Oeste”, edital MCT/CNPq - N° 14/2012 – Universal.

O trabalho está organizado em capítulos focando, num primeiro momento, os aspectos conceituais da Agricultura Familiar, seguido da definição de Assentamentos Rurais e de formas de organização.

2 Revisão bibliográfica

A seguir é apresentado o conceito e a importância da reforma agrária e da agricultura familiar.

2.1 Reforma Agrária

Reforma Agrária, Assentamento e Agricultura Familiar não são temas recentes, mas vêm sendo discutidos desde longa data. Porém, quando apreciados pela população estes se tornam controversos, onde nem sempre essas famílias são valorizadas pela sociedade.

Segundo Burger (1999) desde os tempos do Estado Novo de Getúlio Vargas, nos anos 30, houve pressões e tentativas de solução dos problemas ligados a mal distribuição de terras no Brasil. No entanto, as soluções encontradas faltam de uma visão global e aprofundada do problema da terra.

A Reforma Agrária retornou com grande impulso nos últimos governos militares, os quais buscaram soluções parciais. No retorno do governo civil, foi dada como alta prioridade, mas também os resultados têm sido profundamente insatisfatórios (BURGER, 1999).

A distribuição dos conflitos de terra por região para esse período indica a região Nordeste como a região onde há mais conflitos, com 45% do total. Em comparação, a região Centro-

Oeste conta com 16% dos conflitos, percentagem elevada quando se considera a proporção de assentados (GUANZIROLI, 2001).

Segundo Burger (1999, p. 47), depois da retomada da bandeira apoiada por partidos políticos surgiu o Estatuto da Terra e a criação de assentamentos, alguns bem sucedidos e outros com menos sucesso. O insucesso deve-se, principalmente, por não ter sido compreendido que a solução requer o enquadramento da Reforma Agrária num cenário muito mais amplo do que aquele de proporcionar apenas um pedaço de terra aquele que não possui.

Muitas vezes, o assentados era apenas um trabalhador rural, frequentemente analfabeto ou com instrução rudimentar, sem experiência na administração moderna de uma propriedade rural. Nos outros casos, ele era proprietário de um minifúndio, com pouco conhecimento e instrução, sem condições de usufruir uma renda em nível de sobrevivência própria e de sua família. Nesse caso, muitos abandonaram a agricultura, onde não encontrava condições de sobrevivência e terminou se marginalizando na população urbana (BURGER, 1999).

Segundo Bergamasco e Norder (1996) a conquista da terra impõe aos assentados desafios, incertezas e expectativas da produção econômica. Porém, nem sempre este ambiente no qual os produtores se inserem é adequado às suas necessidades e a precariedade pode impedi-los de obter avanços produtivos. A carência de meios de trabalho pode fazer com que os assentados entrem num sistema que dê continuidade à sua pobreza.

De acordo com o INCRA (2013), o número de famílias assentadas na região Centro-Oeste era de 15.241 até 1994 (Tabela 1). Depois de um pico no meio dos anos 2000 da quantidade de famílias assentadas, esse número foi decaindo para atingir o mínimo no ano de 2012, com 2.175 famílias. No estado de Mato Grosso do Sul a evolução é similar, com um máximo de 6.031 famílias assentadas em 2005 e um mínimo de 90 em 2012.

Segundo o INCRA (2012) o Brasil incorporou ao Programa de Reforma Agrária 8.982 projetos totalizando 87.882.173 ha de área entre 1994 e 2012. Neste contexto, Mato Grosso do Sul incorporou 203 projetos e uma área de 697.688 ha, considerando o mesmo período.

Mato Grosso do Sul é composto por 79 municípios, sendo a cidade de Campo Grande a capital, fazendo divisa com os estados de Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, São Paulo e Paraná, e com os países, Bolívia e Paraguai (IBGE, 2013). Ainda de acordo com o IBGE (2013), Mato Grosso do Sul tem uma área de 357.145.532 km², uma população de 2.449.024 hab (2010) e uma população estimada para 2013 de 2.587.269 hab.

2.2 Agricultura Familiar

Mendras (2008, apud Vilpoux e Oliveira, 2011) afirma que o camponês passou de um simples homem dedicado a frutificar a terra para o seu consumo a um agricultor, com articulações de várias atividades para gerar renda, inclusive atividades não agrícolas.

O universo de agricultores familiares não é homogêneo. Ao contrário, é profundamente diferenciado, do ponto de vista econômico, social e cultural. Tampouco os agricultores familiares formam uma categoria estanque, imóvel e isolada das demais. Na verdade, os produtores evoluem seguindo trajetórias diferentes, podendo passar de uma categoria social a outra (GUANZIROLI, 2001).

Tabela 1- Famílias assentadas – série histórica

Período	Brasil	Centro Oeste	MS
Até 1994	58.317	15.241	3.947

1995	42.912	10.404	280
1996	62.044	10.815	1.625
1997	81.944	14.906	2.564
1998	101.094	15.933	2.381
1999	85.226	12.752	660
2000	60.521	13.943	2.142
2001	63.477	14.548	1.976
2002	43.486	10.007	2.412
2003	36.301	4.437	380
2004	81.254	14.861	3.512
2005	127.506	19.880	6.031
2006	136.358	14.153	2.627
2007	67.535	18.471	4.956
2008	70.157	11.235	2.399
2009	55.498	7.564	3.019
2010	39.479	4.205	1.449
2011	22.021	2.398	814
2012	23075	2.175	90
Total	1.258.205	217.928	43.264

Fonte: Elaborado pelos autores, com dados do INCRA (2013)

Vilpoux e Oliveira (2011) ressaltam que mais importante que a produção de alimentos é a capacidade de produzir de modo eficiente, daí a importância de acompanhamento das mudanças tecnológicas para a sobrevivência da agricultura familiar como atividade de interesse da população em geral. Segundo Guanzirolí (2001), há pelo menos três tipos diferentes de produtores familiares:

- Produtores familiares capitalizados, que puderam acumular algum capital em maquinário, benfeitorias e terra e que dispõem de mais recursos para a produção. Esses produtores possuem, em geral, uma renda agrícola confortável, que os mantém relativamente afastados do risco de descapitalização e de eliminação do processo produtivo. Alguns podem transformar-se, progressivamente, em produtores patronais, na medida em que aumentam a área de produção ou que introduzem sistemas de produção que exigem muita mão-de-obra;
- Produtores familiares em vias de capitalização, cujo nível de renda pode, em situações favoráveis, permitir alguma acumulação de capital, mas essa renda não garante nem segurança nem sustentabilidade para as unidades produtivas. Dessa forma, enquanto parte dos produtores nesta categoria poderá eventualmente complementar a implantação de sistemas mais capitalizados, gerando níveis mais elevados de renda, outros podem, em condições adversas, seguir a direção contrária e se descapitalizar;
- Produtores familiares descapitalizados, cujo nível de renda é insuficiente para assegurar a reprodução da unidade de produção e permanência da família na atividade. Encontram-se nesta categoria produtores tradicionais descapitalizados e produtores que recorrem a rendas externas ao estabelecimento para sobreviverem (trabalho assalariado temporário, atividades complementares permanentes, trabalho urbano de alguns membros da família, aposentadorias etc.).

Os produtores familiares capitalizados são os que têm um poder aquisitivo maior, em seu maquinário, terra e outros recursos. Os produtores intermediários possuem uma renda que

pode leva-los a maior capitalização, mas suas situações é bastante precária pois, em caso de dificuldades temporárias, ou seja, não caso de não haver investimentos suficientes, poderão seguir a direção da descapitalização.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), no censo agropecuário de 2006 o Brasil contava com 84,4% de estabelecimentos com utilização das terras classificados na agricultura familiar, considerando a Lei nº 11.326/2006. Da área total destinada à agricultura, 24,32% pertencia à agricultura familiar contra 75,68% de não familiar. O Censo Agropecuário de 2006 do IBGE retrata que a agricultura familiar brasileira emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros.

O mesmo censo ainda aponta que, apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção, ou R\$ 54,4 bilhões. Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de 677 reais por hectare/ano e a média da produção anual é de R\$ 13,99 mil.

Os dados do IBGE apontam que em 2006 a agricultura familiar foi responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar foi a soja, com 16%. O valor médio da produção anual da agricultura familiar foi de R\$ 13,99 mil.

2.3. Ações coletivas

Olson (1965) propõe um referencial para a análise das motivações dos agentes para agirem coletivamente (lógica das ações coletivas) como o impacto do tamanho dos grupos, as relações entre custo e benefício que o agente procura estabelecer ao se engajar num determinado grupo, entre outros.

As ações coletivas podem ser definidas como interações sociais que envolvem um grupo de indivíduos buscando objetivos que requerem ações conjuntas e devem ser realizadas coletivamente e não individualmente (Hardin, 1994).

Hardin (1994) define três categorias de interação entre os indivíduos: conflito, coordenação e cooperação. Na interação de conflito o ganho é excludente, uma das partes só obterá ganhos se a outra perder. Na coordenação é o oposto do conflito: uma parte só ganha se a outra também ganhar. Já na cooperação é a interação das duas anteriores, sendo, portanto uma relação de troca que envolve conflito porque as duas partes pretendem maximizar seu ganho, mas exige coordenação, porque ambas as partes ganharão se a troca ocorrer.

Segundo Farina (2002, *apud* LOURENZANI e SILVA, 2006), ações coletivas são importantes não somente para a aquisição de insumos ou para atingir escala de comercialização, mas para adaptar os pequenos produtores aos novos padrões competitivos. A cooperação entre agentes do mesmo elo nas cadeias produtivas e entre agentes de diferentes elos consiste em alternativas viáveis para pequenos produtores, visando não só a sua inserção no mercado, mas também a possibilidade de escolha pelo canal de distribuição mais atrativo e consequente melhoria do seu bem-estar social.

3 Metodologia

Apresentam-se, neste item, as etapas da pesquisa realizada, o método utilizado para sua condução, a definição do universo e da amostragem, a coleta de dados, bem como a justificativa da escolha dos métodos adotados, visando alcançar os objetivos propostos.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p. 65) “todas as ciências caracterizam-se pela utilização de métodos científicos”. As autoras ressaltam que “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo”.

Vergara (1998) qualifica a pesquisa em dois aspectos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser considerada como de natureza exploratória. A investigação exploratória é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, poderão surgir durante ou ao final da pesquisa, tratando-se de aprofundar conceitos preliminares.

Beuren (2010, p. 80) escreve que “uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de forma satisfatória anteriormente”.

Quanto aos meios utilizados, a pesquisa foi baseada em dados e informações bibliográficas, documentais e de campo.

Buscaram-se informações em literatura acerca do tema Cooperação em Assentamentos do Centro Oeste, com enfoque nos tipos de cooperação e existência de ações coletivas desenvolvidas dentro dos assentamentos (produção conjunta, mutirão, transporte...). Foram coletadas, selecionadas e analisadas informações do INCRA, Governos Estaduais e Municipais com a finalidade de construir um conhecimento teórico analítico que auxiliasse no estabelecimento das variáveis e na estruturação da pesquisa.

Quanto aos métodos de pesquisa, estes podem ser classificados como qualitativos (observação, por exemplo, por experimento) e quantitativos (por exemplo, dados estatísticos, estudo de caso e grupo focal). A opção entre eles deve estar associada aos objetivos da pesquisa uma vez que oferecem vantagens e desvantagens (YIN, 2001).

A definição do que se vai pesquisar é importante para que os resultados sejam significativos. Malhotra (2001) resalta que na etapa do planejamento, de um modo geral, as pesquisas englobam um número elevado de elementos (universo ou população) de tal forma que é impossível considerar todos esses elementos, o que leva o pesquisador a selecionar (arbitrariamente ou não), uma parte dos elementos deste universo, ou seja, estabelecer uma amostra. Ainda segundo o autor, as técnicas de amostragem podem ser classificadas como amostras probabilísticas (aleatória simples, sistemática e estratificada entre outras) e as não-probabilísticas (por acessibilidade, por tipicidade, e por cotas entre outras).

Para as amostras probabilísticas, os informantes foram escolhidos aleatoriamente, admitindo-se que esses informantes representam o universo/população alvo. Nas amostras não probabilísticas os informantes foram escolhidos pelo interesse da pesquisador na opinião de determinados elementos da população (MALHOTRA, 2001). Neste estudo, adotou-se amostragem probabilística e não probabilística, em razão da quantidade do público alvo disponível para preenchimento dos questionários.

Gil (1999) e Vergara (1990) apresentam técnicas por meio das quais é possível elaborar os instrumentos de coleta de dados, que serviram como base para esta pesquisa, como segue a descrição a seguir:

a) Pesquisa bibliográfica em livros e revistas especializadas, *sites* na internet e folhetos com dados e informações pertinentes ao assunto; e

b) Pesquisa de campo

Em relação à pesquisa de campo, Vergara (1990) afirma que pode se dar de três formas. A primeira delas, por meio da observação *in loco* da pesquisadora em visitas aos empreendimentos mais próximos, com uso de diário de campo como recurso. O mesmo é uma forma alternativa de registrar a coleta de dados na pesquisa qualitativa.

Complementando, Gil (1999) afirma que uma segunda forma são as entrevistas, as quais têm como objetivo primário entender o significado que os entrevistados atribuem às questões e às situações em contextos que não foram estudados anteriormente, a partir de suposições do pesquisador. Afirma ainda, que, à medida que a pesquisa avança e mais entrevistas são conduzidas, há tendência de o entrevistador direcionar certos tópicos. Isso acontece porque o entrevistador identifica padrões nos dados e tende a explorá-los em certas direções.

Uma terceira forma da pesquisa de campo é por meio de questionários constituídos, em sua maior parte, por perguntas fechadas e abertas (GIL, 1999). Essa forma foi a escolhida para a pesquisa, com o uso de um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, partindo-se de um roteiro contemplando respostas para o entendimento das principais indagações feitas na pesquisa (Apêndice A).

As questões foram estruturadas no intuito de identificar o perfil dos assentados, a existência ou não de ações coletivas nos assentamentos e a identificação do tipo de ação coletiva, etc. Buscou-se apreender a realidade dos fatos que envolvem a vida dos moradores dos assentamentos dos municípios a serem pesquisados, como é executado o trabalho coletivo nos assentamentos e a organização da produção. Informações gerais, como o número de assentamentos em funcionamento nos Estados, quantidade de famílias assentadas foram também procuradas.

Para aplicação dos questionários foi utilizada a amostragem não probabilística, tendo como universo de pesquisa os assentamentos rurais do Estados de MS, MT, GO e DF. Foram definidas amostragens de, no máximo, 20 assentamentos por estado.

O universo da pesquisa se concentrou em um grupo específico de moradores dos assentamentos do centro oeste, sendo parte integrante de um projeto para o CNPq aprovado em 2012, cujo título é: “Fatores responsáveis pela cooperação entre produtores nos assentamentos do centro-oeste”.

Os assentamentos foram escolhidos como objeto de análise considerando que em ambos os espaços há formação de arranjos organizacionais com processos cooperativos, alguns com sucesso e outros com insucesso. Fizeram parte da pesquisa os assentados nos assentamentos rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás. Para a primeira etapa da pesquisa, foi escolhido o Estado de Mato Grosso do Sul.

A escolha dos sujeitos que participaram da pesquisa se realizou em duas etapas:

1º - Para os assentamentos: efetuou-se uma amostragem probabilística ao acaso dos assentamentos pertencentes aos Estados, considerando como tempo mínimo de existência o período de 03 anos;

2º - Para os assentados: após a seleção dos assentamentos, foi realizada uma amostragem probabilística estratificada de n pessoas em cada assentamento selecionado.

4 Resultados

Em função da quantidade de questionários aplicados e das distancias percorrida, o primeiro ano de PIBIC limitou-se a aplicação dos questionários, sem a análise dos resultados que será realizada no período de 2014/15.

Após os ajustes no questionário, em março de 2014 foram aplicados no estado de Mato Grosso, em dois assentamentos. Mais especificamente, 40 questionários foram aplicados, sendo 18 no assentamento Nova Esperança e 22 no assentamento Lambari, no município de Poconé.

Numa segunda etapa, aproveitando o feriado de 1º de maio, uma equipe de trabalho que incluía o PIBIC se deslocou para o Assentamento Itamarati, no município de Ponta Porã, onde foram aplicados 35 questionários.

Após essa fase de aprendizagem, foram empreendidas duas novas frentes de pesquisa para fins de obtenção de resultados. A aplicação dos questionários foi dividida em duas equipes, uma se dirigiu para o estado de Mato Grosso e a outra para o estado de Goiás e o Distrito Federal, nas regiões norte, oeste e sudoeste do estado. Essa última equipa, composta do PIBIC além de 9 outros pesquisadores, esteve no campo no período de 20 de julho a 02 de agosto de 2014. Além desses dois estados também foi feita no mesmo período a aplicação do questionário no assentamento Serra, no município de Inocência, no Norte do Mato Grosso do Sul. Nesse assentamento foram aplicados 24 questionários.

No total foram aplicados 196 questionários em Goiás, na segunda metade de julho, conforma Tabela 2.

Tabela 2. Questionários aplicados por assentamentos em Goiás, no mês de julho de 2014.

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
Morrinhos	Tijunheiro I e II	20
Abadiana	Barro Amarelo	21
Campestre de Goiás	Canudos	25
Novo planalto	Antônio Conselheiro	23
Porangatu	Salvador Allende	21
Nova Glória	Novo Oriente	22
Rialma	Poções	20
Piracanjuba	Boa Esperança	22
Itumbiara	API – Nossa Água Nosso Trabalho	22

Fonte: Dados da pesquisa

Neste mesmo período, também foram aplicados no Distrito Federal 45 questionários, conforma indicado na Tabela 3.

Tabela 3. Questionários aplicados por assentamentos no Distrito Federal – etapa 2 de Goiás.

MUNICÍPIO	ASSENTAMENTO	QUESTIONÁRIOS APLICADOS
1. Planaltina	Fazenda Larga	23
2. Sobradinho	Contagem	22

Fonte: Dados da pesquisa

A localização dos assentamentos onde foram aplicados os questionários pelo pesquisador é apresentada na Figura 1.



Figura 1: Estados e municípios que foram aplicados questionários até momento na pesquisa.

Ainda falta concluir a aplicação do término dos questionários no estado de Mato Grosso do Sul, os quais serão encerrados no 2º semestre de 2014. A análise dos resultados será realizada na segunda etapa da pesquisa, no período de 2014/2015.

5 Considerações Finais

Apesar da não finalização da pesquisa, já é possível perceber que as ações coletivas que mais de destacam são as de mutirão, de produção agropecuária e de transporte. Em relação à produção agropecuária, alguns assentados se agrupam em associações de grupos de venda e comercialização de leite e derivados, mel, doces, frutas e verduras. Em alguns assentamentos extrativistas existem grupos voltados para a produção e venda de castanhas, sementes e mudas para reflorestamento.

Também foi possível identificar que algumas associações têm em sua composição uma grande quantidade de mulheres, as quais em sua maior parte são voltadas para artesanato, produção caseira de doces e mel. Os homens se agregam mais em grupos voltados para a produção de leite e hortifrutigranjeiros. Nos grupos associados sob a forma de cooperativas, há a predominância masculina em sua composição de direção e membros associados.

Ainda foi possível observar que nos assentamentos com mais tempo de existência, os assentados conseguiram obter financiamentos por conta própria e têm mais dificuldade de trabalhar em conjunto. Àqueles que conseguem cooperar são grupos formados em grande

parte por pessoas que têm similaridades, tais como cultura, religião, nível educacional, etnias, etc.

Notou se também que em alguns casos as ações coletivas ocorreram em função da necessidade de ajuda de alguns assentados, que para executar algum serviço relacionado a produção, mutirão e transporte não dispunham de recurso para tal, necessitando assim da ajuda do próximo.

Agradecimento

CNPq

6 Referências bibliográficas

BERGAMASCO, S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos) 301 p.

BEUREN, Ilse Maria e RAUP, Fabiano Maury. Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais. In BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**, 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BURGER, Ary. **Agricultura Brasileira e Reforma Agrária**. Guaíba: Agropecuária, 1999.

FARINA, E. M. COMPETITIVIDADE E COORDENAÇÃO DE SISTEMAS AGROINDUSTRIAIS: UM ENSAIO CONCEITUAL. **GESTÃO E PRODUÇÃO**, v. 6, N. 3, P. 147-161, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUANZIROLI, Carlos E.; ROMEIRO, Ademar; BUANAIM Antônio M.; SABBATO Alberto Di; BITTENCOURT, Gilson. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HARDIN, RUSSELL. **One for All: The Logic of Group Conflict**. Princeton: Princeton University. Press. 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Famílias Assentadas**. Disponível em: < <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1148-familias-assentadas>> Acesso em: 13. Dez.2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA CONFORME FASES DE IMPLEMENTAÇÃO**. DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.INCRA.GOV.BR/INDEX.PHP/REFORMA-AGRARIA-2/PROJETOS-E-PROGRAMAS-DO-INCRA/RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA/FILE/1115-RELACAO-DE-PROJETOS-DE-REFORMA-AGRARIA](http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria)>. ACESSO EM: 24 ABR. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária**. Disponível em: < <http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria/file/1147-area-incorporada-ao-programa-de-reforma-agraria>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Titulação de assentamentos.** Disponível em: < <http://incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/titulacao-de-assentamentos>> Acesso em: 15 mai.2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **CENSO AGROPECUÁRIO – AGRICULTURA FAMILIAR.** 2006. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.IBGE.GOV.BR/HOME/DOWNLOAD/ESTATISTICA.SHTM](http://www.ibge.gov.br/home/download/estatistica.shtm)> ACESSO EM 13 DEZ. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **BANCOS DE DADOS – ESTADOS – MATO GROSSO DO SUL.** 2013. DISPONÍVEL EM: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ms>> Acessado em 03 Fev. 2014

MALHOTRA, N.K, **Pesquisa de Marketing:** Uma orientação aplicada. Trad. MONTINGELLI, N. Jr. e FARIAS, A.A. de., 3ª edição, Porto Alegre, Bookmann, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica;** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINEZ, Maria Carolina Viduani; TELLES, Marly; TOSTA Vanda Maria Martins. **Mato Grosso do Sul, o estado pantaneiro: história.** São Paulo: Editora do Brasil, 2001.

MIDIC - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA: SETEMBRO/2012.** DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.DESENVOLVIMENTO.GOV.BR/ARQUIVOS/DWNL_1349119816.PPT](http://www.developpement.gov.br/arquivos/dwnl_1349119816.ppt)> ACESSO EM: 15 OUT 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA. **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília: 2000.

TENÓRIO, R. AGRICULTURA - **DO SUBSÍDIO À POLÍTICA AGRÍCOLA.** IN DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO. BRASÍLIA: IPEA. DISPONÍVEL EM: < <[HTTP://WWW.IPEA.GOV.BR/DESAFIOS/INDEX.PHP?OPTION=COM_CONTENT&VIEW=ARTICLE&ID=2599:CATID=28&ITEMID=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2599:catid=28&itemid=23)> ACESSO EM 15 OUT. 2012.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração:** Atlas: São Paulo, 1998. 88 p.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, . M. A. C. **GOVERNANÇAS NA AGRICULTURA FAMILIAR: MERCADOS, CONTRATOS, REDES E COOPERATIVISMO.** IN. VILPOUX, O. F. (ORG.) SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR. CURITIBA: CRV, 2011.

VILPOUX, O. F.; OLIVEIRA, . M. A. C. **AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** IN. VILPOUX, O. F. (ORG.) SUSTENTABILIDADE E AGRICULTURA FAMILIAR. CURITIBA: CRV, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e método. 3.ed. Porto Alegre: 2001.

7º ECAECO

**2º Seminário Internacional de
Integração e Desenvolvimento Regional**
07, 08 e 09 de outubro de 2014
Centro de Convenções - Ponta Porã - MS

PONTA PORÃ MS
CINHA DOS ERVAIS